

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EJA: MEDIAÇÃO FORMATIVA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003.¹

Amanda Cardoso dos Santos
Instituto Federal do Espírito Santo-Ifes

RESUMO

O estudo vinculado à linha de pesquisa formação de professores, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH), na linha temática “Educação das relações étnico-raciais” investiga a atuação do pedagogo na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), na implementação da Lei 10.639/2003. A EJA, marcada pelo racismo estrutural e a presença majoritária de estudantes negros e pardos (Silva; Santos, 2024) revela a necessidade de formação pedagógica antirracistas. Diante disso, a questão investigativa é: Como o pedagogo pode mediar processos formativos docentes voltados à implementação da Lei 10.639/2003 na EJA? Tem como objetivo geral investigar os desafios e possibilidades da atuação do pedagogo na mediação de processos formativos docentes, e desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: Identificar desafios enfrentados por pedagogos; realizar processo formativo colaborativo e elaborar um caderno formativo como produto da pesquisa. Trata-se de um estudo qualitativo, aplicado e orientado pelo paradigma crítico decolonial e pela pesquisa-ação colaborativa. O processo formativo docente constitui o eixo estruturante da investigação, articulado a referenciais de autores como Munanga (2003); Gomes (2012); e Freire (1982).

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Relações étnico-raciais; formação de professores.

¹ “Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Tecnologias Sociais, Inovação e Desenvolvimento Humano e no XVI Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras , realizado de 21 a 24 de outubro de 2025.”

1. INTRODUÇÃO

Embora represente um marco legal na luta contra o racismo institucional (Vinuto, 2023), a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, ainda enfrenta entraves significativos. Em âmbito nacional, uma pesquisa de Benedito, Carneiro e Portella (2023) apontou que apenas 5% dos municípios brasileiros contam com uma área técnica dedicada à educação para as relações étnico raciais, e somente 8% das secretarias possuem orçamento específico para essa finalidade. E, ainda sobre esta pesquisa, destaca-se que em 74% das redes não há profissionais responsáveis pelo ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Infere-se, com isso, que, estruturalmente, ainda há fragilidades na implementação da Lei 10.639/2003.

No Espírito Santo, a situação não é diferente. Apesar dos avanços institucionais promovidos pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU/ES), como o lançamento do Programa de Educação para as Relações Étnico-raciais (PROERER), a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) evidencia fragilidades estruturais na efetivação da Lei 10.639/2003 na Rede Estadual de Ensino (REEES). Entre os apontamentos, destacam-se: a carência de formação continuada para abordagem da ERER, a fragilidade das medidas institucionais adotadas pela SEDU e o descompasso entre as formações oferecidas e as demandas reais das unidades escolares (Espírito Santo, 2024).

Se, mesmo diante de uma ampla estrutura normativa e institucional, como o PROERER, a implementação da legislação ainda é precária na educação básica como um todo (Espírito Santo, 2024), questiona-se: como essa realidade se manifesta na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), historicamente marginalizada e invisibilizada nas políticas educacionais?

“A EJA configura-se como uma modalidade racializada, com predominância de estudantes negros, fruto das desigualdades históricas e do racismo estrutural no Brasil” (Silva; Santos, 2024, p. 18-19). Contudo, persiste uma lacuna significativa nas pesquisas que articulam relações étnico-raciais e EJA, evidenciada pela “escassa produção científica” nesse campo (Silva; Santos, 2024, p. 18). Estudos recentes como os de Silva e Santos (2024) reforçam, portanto, a urgência de investigações que priorizem esses sujeitos historicamente marginalizados.

Em minha trajetória profissional na rede estadual, atuando nos diversos níveis e modalidades da educação, sobretudo, na modalidade EJA, tenho refletido criticamente sobre meu fazer pedagógico em relação à educação das relações étnico-raciais, tanto no currículo quanto nas práticas cotidianas escolares.

Nesse contexto, observei fragilidades e discrepâncias na efetivação e no acompanhamento de práticas formativas voltadas à implementação da Lei 10.639/2003, sobretudo quando comparadas ao ensino regular diurno, no qual há um monitoramento relativamente mais consistente das ações do ERER.

Logo, esta pesquisa justifica-se pela relevância social de promover reflexões e práticas que enfrentem as desigualdades raciais ainda presentes na EJA, e pela relevância acadêmica de contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a mediação pedagógica exercida pelo pedagogo no contexto das políticas de educação para as relações étnico-raciais. Nesse cenário, emergem algumas inquietações que se desdobram em problemáticas, a saber: De que forma a formação continuada ofertada pela rede estadual tem favorecido (ou não) a implementação da Lei 10.639/2003 na EJA? Em que medida os materiais pedagógicos disponibilizados pela Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ) contribuem para práticas docentes críticas e reflexivas? Como as especificidades da EJA noturna, marcada pela evasão e pela presença majoritária de estudantes negros(as) e periféricos(as), influenciam a efetivação da lei?

Diante dessas questões, a atuação do pedagogo ganha relevância como mediador de processos formativos voltados à implementação da Lei 10.639/2003. Assim, a questão central que orienta esta pesquisa é: Como a mediação formativa colaborativa do pedagogo na EJA pode favorecer a construção de processos formativos docentes voltados à prática pedagógica antirracista em uma escola pública estadual de Vila Velha, Espírito Santo, considerando as especificidades dos sujeitos dessa modalidade?

Parte-se da hipótese de que a mediação intencional e crítica do pedagogo, articulada às diretrizes do ProERER, pode potencializar a formação docente antirracista e a valorização das identidades negras no currículo da EJA. Tem-se por objetivo geral: Investigar os desafios e possibilidades da atuação do pedagogo na mediação de processos formativos docentes, à luz da Lei 10.639/2003, na EJA de uma escola estadual do Espírito Santo. Tal objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: a) Identificar os principais desafios enfrentados por pedagogos da EJA noturna na implementação de processos formativos antirracistas, conforme a Lei 10.639/2003; b) Realizar um processo formativo colaborativo, mediado pelo pedagogo, utilizando os materiais orientadores da GEACIQ como subsídio para análise e reflexão crítica, a fim de discutir suas contribuições, limites e fragilidades na promoção das relações étnico-raciais e na implementação da Lei 10.639/2003 na EJA e c) Elaborar um caderno formativo digital que sistematize o percurso e as aprendizagens construídas na formação, apresentando propostas e reflexões voltadas ao fortalecimento das relações étnico-raciais na EJA, como produto final.

DIÁLOGOS COM AS PESQUISAS DA ÁREA

Com objetivo de sustentar e aprofundar a compreensão sobre o conhecimento científico produzido em relação ao tema da pesquisa, foi realizado um levantamento de dissertações no acervo das seguintes plataformas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Capes, e o Repositório Institucional do Instituto Federal do Espírito Santo- IFES, por meio do banco de publicações do PPGEH.

A análise foi orientada pelos seguintes descritores-chave: Educação das relações étnico-raciais, Educação de jovens e adultos, formação de professores, mediação pedagógica, utilizando-se operadores booleanos e pares de descritores em diversas combinações, conforme a operacionalização exigida pela plataforma.

O levantamento dos dados foi iniciado no repositório do IFES, uma vez que se trata do mesmo programa ao qual esta pesquisa está vinculada. Para isso, foram utilizados os pares de descritores “EJA + ERER”, dos quais resultaram oito itens disponíveis para visualização no momento.

Com base nesse levantamento inicial, procedeu-se à busca em outras bases de dados, a fim de ampliar o escopo da análise. A consulta na base de dados da Capes, utilizando os descritores “EJA + LEI 10.639/2003 + PEDAGOGO”, resultou em quatro pesquisas; com os descritores “educação de jovens e adultos” AND “educação das relações étnico-raciais”, foram identificadas vinte e uma; e, com “formação de professores” AND “educação das relações étnico-raciais”, cento e sessenta e sete pesquisas foram apresentadas.

Dando continuidade, na plataforma BDTD, os pares de descritores “educação de jovens e adultos” AND “educação das relações étnico-raciais” apresentaram vinte pesquisas; “formação de professores” AND “mediação pedagógica” AND “educação das relações étnico-raciais”, onze; “formação de professores” AND “educação das relações étnico-raciais” AND “EJA”, dezessete; e “mediação pedagógica” AND “educação das relações étnico-raciais”, dezesseis pesquisas.

Com objetivo de refinar os critérios de exclusão, após leitura de todos os títulos, optamos por eliminar pesquisas duplicadas, pesquisas anteriores à plataforma Sucupira e as que o lócus não era a modalidade educação de jovens e adultos. Aplicado esses filtros, foram selecionados seis trabalhos, sendo todos dissertações que dialogam de alguma forma com a temática, mesmo que em nenhuma delas o pedagogo apareça como agente mediador formativo, no que tange a implementação da Lei 10.639/2003 na educação de jovens e adultos.

Quadro 1 - Informações gerais do acervo encontrado

AUTOR/ORIENTA	TÍTULO	PROGRAMA	ANO
---------------	--------	----------	-----

DOR			
Érica Renata Vilela de Moraes / Dilza Côco	Educação e Cidade: Diálogos Possíveis para Explorar a Temática Afro-brasileira na EJA	Ensino de Humanidades (IFES)	2018
Ione Aparecida Duarte Santos Dias / Cleyde Rodrigues Amorim	O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: A Importância da Formação e a Efetivação de um Currículo	Educação (UFES)	2019
Jones Cesar da Paixão / Edite Maria da Silva de Faria	Enegrecer a Prática Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo sobre a Formação de Professores em uma Escola no Município de Valença - Bahia	Educação de Jovens e Adultos (UNEB)	2019
Lany Pereira da Silva / Natalino Neves da Silva	Quando a Coordenação Pedagógica da EJA Interroga a Diversidade Étnico-racial	Educação e Docência (UFMG)	2022
Marinete da Silva Moraes / Analise de Jesus da Silva	Formação Continuada de Educação em Relações Étnico-raciais para Professores(as) da Educação de Jovens e Adultos – EJA da cidade de João Monlevade - MG	Educação e Docência (UFMG)	2019
Tânia Maria dos Santos/ Aldieris Braz Amorim Caprini	Educação para as relações étnico-raciais (ERER) e a formação de professores: percursos formativos no município de Serra-ES”	Ensino de Humanidades (IFES)	2022

As pesquisas selecionadas e elencadas no quadro acima apresentam, como principal característica comum, abordagens temáticas e resultados que dialogam, de alguma forma, com esta investigação. Entre as familiaridades identificadas, destacam-se o lócus — ou seja, a EJA —, a formação continuada de professores e a Educação das Relações Étnico-raciais, compreendidos como pilares fundamentais que se interligam no tocante à efetivação da Lei nº 10.639/2003 e à necessidade de descolonizar o currículo na modalidade de educação para jovens e adultos.

No entanto, a lacuna na produção científica sobre a temática, evidenciada por Silva e Santos (2024), torna-se perceptível. Cada dissertação analisa e apresenta propostas diferenciadas que envolvem a EJA e a Educação das Relações Étnico-Raciais, mas é possível afirmar que o assunto ainda não se esgota. Dentre as possíveis lacunas, destaca-se a atuação do pedagogo na mediação de processos formativos à luz da Lei nº 10.639/2003, no contexto da EJA, uma vez que o levantamento bibliográfico não apresentou nenhuma dissertação ou tese que coloque esse profissional no cerne do objeto de estudo proposto por esta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ancorado numa perspectiva decolonial, crítica e antirracista, este estudo compreende a mediação pedagógica na EJA como estratégia essencial à efetivação da Lei 10.639/2003, entendendo a escola como espaço de disputas simbólicas que exige do pedagogo uma atuação formativa intencional e comprometida com a equidade racial.

No plano conceitual, Munanga (2003) é central ao demonstrar que as "raças" são construções ideológicas, historicamente produzidas como forma de hierarquização social. Ainda que destituído de base científica, o racismo opera concretamente nas estruturas institucionais, inclusive nas práticas escolares, o que exige ações educativas antirracistas. Por conseguinte, autores como Nascimento (2019) e Veronelli (2021) ampliam esse debate ao discutirem o racismo linguístico, denunciando a linguagem como tecnologia de opressão.

Essa dimensão é fundamental para a construção de práticas formativas mais sensíveis às identidades negras e periféricas, particularmente no contexto da EJA. Gomes (2012) argumenta que as relações étnico raciais estruturam a sociedade brasileira e, por consequência, atravessam os processos escolares. Descolonizar o currículo, nesse sentido, implica reconhecer e valorizar os saberes de matriz africana, bem como enfrentar o racismo institucional que permeia o cotidiano escolar. Em consonância, Oliveira e Candau (2010) defendem uma pedagogia decolonial articulada à interculturalidade crítica.

Para fundamentar epistemologicamente essa abordagem, Ballestrin (2013) discute o giro decolonial latino-americano, ao evidenciar os impactos persistentes do eurocentrismo nas práticas formativas. Já Caprini, Aroeira e Serafim (2021) destacam a relevância dos saberes locais como estratégia de descolonização do currículo, especialmente em contextos periféricos — perspectiva que inspira o produto educacional desta.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo, de abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter exploratório, orienta-se pelo paradigma crítico decolonial. Será conduzido com base na pesquisa-ação colaborativa (Thiollent,

2011), tendo a mediação pedagógica como eixo estruturante da prática docente na EJA noturna. A pesquisa ocorrerá em escolas públicas estaduais de Vila Velha (ES) que ofertam a EJA noturna, preferencialmente em bairros socialmente vulneráveis, com predominância de estudantes negros e pardos. Participarão pedagogos e professores da EJA, como sujeitos diretos da investigação, e estudantes, de forma indireta, por meio das práticas formativas no componente curricular Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território (PIPAT).

A pesquisa terá como referencial a mediação pedagógica freireana (Freire, 1996), os círculos de cultura como dispositivo de escuta e formação e a proposta de currículo territorializado (Caprini, 2021). O componente PIPAT, que articula os diferentes saberes a partir do território dos estudantes, será utilizado como eixo integrador para as práticas formativas, alinhado à implementação da Lei 10.639/2003.

Serão utilizados os seguintes instrumentos: Questionários semiestruturados aplicados a pedagogos e professores da EJA para mapear suas concepções, desafios e estratégias relacionadas à implementação da Lei 10.639/2003. Diários de mediação pedagógica: registros reflexivos do pesquisador-pedagogo durante o processo. Grupos focais com pedagogos: com a finalidade de aprofundar a escuta sobre as práticas pedagógicas, suas resistências e possibilidades de articulação da EJA com o currículo da EJA, especialmente via PIPAT; Documentos oficiais disponibilizados pela SEDU/ES. Os dados dos questionários serão interpretados com base na Análise Temática (AT) (Braun; Clarke, 2006), por ser uma ferramenta flexível, que permite aplicação e diferentes abordagens teóricas, sendo também importante técnica a ser aplicada à estudos no campo educacional (Braun; Clarke, 2006).

PRODUTO EDUCACIONAL

Será a elaboração de um **caderno formativo** voltado a pedagogos(as) e professores(as) da EJA noturna, com foco na implementação da Lei 10.639/2003. O produto reunirá fundamentos teóricos, propostas práticas, a partir da demanda identificada junto ao contexto estudado. Este será organizado em seções que contemplem: princípios da educação das relações étnico-raciais e da pedagogia decolonial; possibilidades de mediação pedagógica com base em documentos oficiais; propostas contextualizadas à realidade da EJA e espaço digital colaborativo para registro de práticas. A construção será orientada pelos resultados da pesquisa e validada por meio de oficinas formativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, L.. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89–117, maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 27 out. 2025.

BENEDITO, B. S.; CARNEIRO, S.; PORTELLA, T. (org.). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Instituto Alana, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

CAPRINI, A. B. A.; AROEIRA, K. P.; SERAFIM, N. J. R. Formação docente e descolonização do currículo: Congo e Folia de Reis na Serra/ES. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3321>. Acesso em: 29 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas. **Relatório de auditoria: implementação da Lei 10.639/2003 na rede estadual**. Vitória: TCE-ES, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MUNANGA, K.. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

OLIVEIRA, L. F. DE.; CANDAU, V. M. F.. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, v. 26, n. 1, p. 15–40, abr. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>

SILVA, D. P. da; SANTOS, J. J. R. dos. **Relações étnico-raciais no contexto da educação de pessoas jovens, adultas e idosas: reflexões e proposições para a vida e para a escola**. Curitiba: CRV, 2024.

SILVA JUNIOR, P. R. da; MARTINS, S. "Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo" de Gabriel Nascimento. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, e239102, 2022.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VERONELLI, G. A.; DAITCH, S. L. Sobre a colonialidade da linguagem. **Revista X**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 80–100, 2021. DOI: 10.5380/rvx.v16i1.78169. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78169>. Acesso em: 29 out. 2025.

VINUTO, J. Racismo institucional. In: RIOS, F.; SANTOS, M. A. dos; RATTS, A. (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 301.